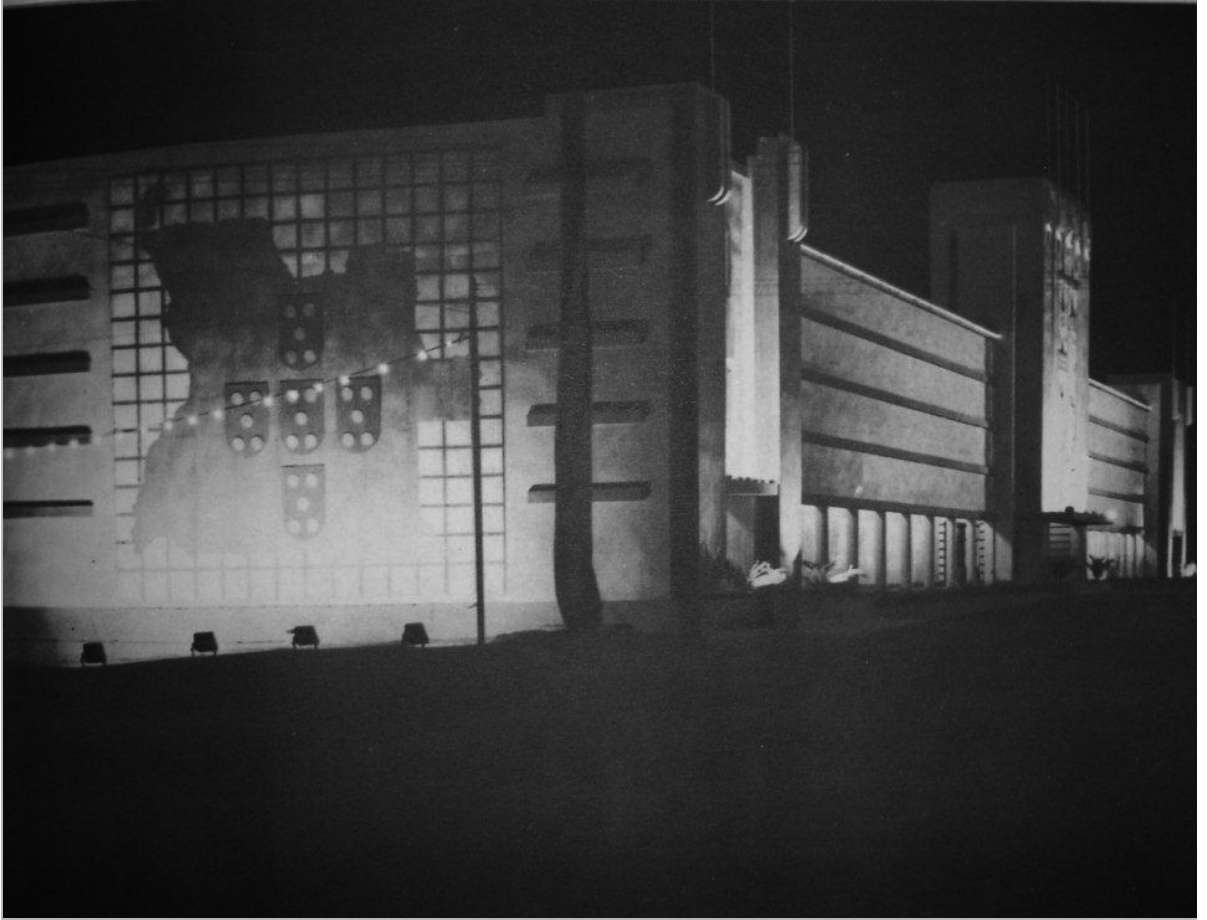






*África em debate:
Problemáticas da geografia pós-colonial*



Da barbárie à civilização: representações do espaço Africano na propaganda Colonial Portuguesa do primeiro quartel do século XX¹

Nuno Silva Costa*

p 297-311

Introdução

As tradicionais abordagens à História da Expansão Portuguesa têm dado, sobretudo, enfoque a modelos de análise que privilegiam aspectos interpretativos ligados a factores de ordem política e económica, compreendendo-se, assim, o papel do Estado e das elites nacionais na dinâmica da colonização. Contudo, para o público em geral, o Império Português, até pelo menos meados do século XX, foi mais uma ideia criada, construída e imaginada do que propriamente vivida. Para tal, muito contribuiu a divulgação e difusão de textos e imagens sobre os ex-territórios ultramarinos.

Assim, daremos num primeiro ponto uma visão geral sobre o pensamento e a ideologias coloniais na transição do século XIX e as transformações até ao fim da I República; num segundo e terceiro pontos, apresentamos as transformações ao tipo de representações disseminadas tendo em conta as mudanças nas perspectivas sobre os espaços coloniais antes e após a I Guerra Mundial, reconhecendo o papel da propaganda colonial como instrumento ao serviço da colonização.

Os exemplos de produção propagandística apresentados serão maioritariamente mapas onde se figuram visões de conjunto dos territórios das ex-colónias. A cartografia de propaganda colonial é pela sua especificidade, enquanto documento geográfico, um fundamental meio de análise para se desconstruir as ligações de poder entre a Ciência, a Técnica e as visões ideológicas sobre os ex-espaços ultramarinos.

Pretende-se, desta forma, privilegiar uma abordagem cultural da História do colonialismo nacional que questione a noção de representação e as relações entre cultura erudita e cultura popular e como construíram, influenciavam e utilizavam o seu imaginário em torno do Império.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

¹ Este artigo foi apresentado no XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, no Painel 6B: Recursos, Paisagens e Identidades (coord. de Nicole Devy-Vareta e João Carlos Garcia), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 14 de Novembro, de 2009.

1 – Tendências do pensamento colonial português

O pensamento colonial em Portugal a partir da década de 1880 é marcado por uma questão essencial para o futuro do império e que vai condicionar as várias ideias sobre os espaços africanos, o objecto de discussão eram os modelos de colonização a adoptar. Aliás, não era só uma questão portuguesa. Jaime Batalha Reis, depois de assistir ao Congresso Internacional de Geografia de Londres, escreve num artigo publicado no *Comércio do Porto*, em 1895:

«O Congresso Internacional de Geografia de Londres não escapou nem a estes assuntos, nem a estes sábios perturbadores. A sessão mais concorrida e mais pitoresca foi justamente aquela em que se tratou da seguinte tese: “Até que ponto pode a África tropical ser desenvolvida pelas raças brancas ou sob a sua superintendência”, mostrando após uma interessantíssima descrição da sessão a multiplicidade dos pontos de vista sobre o problema»².

Tendo em conta a problemática descrita vão aparecer, duas correntes fundamentais com concepções baseadas em teses evolucionistas e organicistas, que pretendiam traçar um rumo para a colonização portuguesa. O principal problema da colonização dos espaços da África equatorial era o seu carácter tropical, que era visto na época como elemento condicionante à fixação dos europeus.

A partir desta imagem de um espaço repulsivo existia um grupo de personalidades, que apesar de verem nos territórios africanos uma forma para o desenvolvimento de Portugal, evidenciam as condicionantes físicas dos territórios. Oliveira Martins, por exemplo, defende que se aproveite a mão-de-obra indígena pois só ela será capaz de fazer prosperar as fazendas:

«Quando pois, os entusiastas das colónias enumeram com fervor as riquezas naturais do solo português africano, e a quantidade de coisas preciosas que lá se poderiam plantar, esquecem que, antes dessas afirmações – que, de resto, não admitem réplica – está a questão do trabalho, sem o qual não há instalações agrícolas; está, ainda e finalmente a da inteligência e sabedoria da administração, sem a qual não há coisa alguma próspera nas sociedades humanas.»³.

E sobre o problema de adaptação do português ao clima tropical, «[...] o futuro de África – acordem agora os apóstolos negrófilos – não está no branco, esta no preto. Nós que imperamos nas duas costas, podemos avassalar meio continente, missionar, educar, precedendo os ingleses na obra gloriosa da civilização indígena[...],⁴ e utilizá-la para retirar todos os dividendos económicos de África sendo o colono português o patrono do território, com uma administração que privilegie a construção de vias de comunicação, para que exista um comércio efectivo entre o interior agrícola e os entrepostos comerciais do litoral.

2 Jaime Batalha Reis – “Portugal e a colonização da África na Sessão do VI Congresso Internacional da Geografia, em Londres”, in: *Jaime Batalha Reis: Estudos Geográficos e Históricos*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1941, p. 202.

3 Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 1880, p.195.

4 *Ibidem*, p.231.

Mas iria haver quem pensasse diferente no Portugal da transição de século. Noutra corrente, embora minoritária, encontramos personalidades ligadas à Sociedade de Geografia de Lisboa. Dentro de um contexto científico idêntico, derivado do positivismo e do evolucionismo, personalidades, como Silva Telles, marcaram perspectivas alternativas para problemática da colonização europeia. Afirma, este autor, num estudo intitulado *A Partilha de África*, em 1885:

«Ora toda a doutrina científica da colonização assenta, evidentemente, sobre a capacidade que uma raça tem de se moldar ou não, favoravelmente, a um determinado meio. Isto importa dizer que as raças que degeneram em um clima, com um dado meio externo, não são aquelas a quem a natureza encarregou de utilizar os seus valores nessa região ou nesse clima, ao contrário, as raças cuja adaptação é fácil, cuja fixação não sofre dúvidas, são os predestinados – seja-nos lícita esta expressão metafísica – a constituírem família, a propagarem a sua influência benéfica em zonas da terra ainda por explorar, naquelas onde o seu “meio interno” não seja contrariado por agentes estranhos»⁵.

É a ideia positiva de possibilidade da colonização branca nas regiões tropicais, que põe Silva Telles em confronto com o preconceito, existente em Portugal desde da década de 1880, da inadaptabilidade do europeu a essas regiões do globo.

Para tal, Silva Telles propõe um estudo aprofundado das várias regiões que constituem os territórios coloniais portugueses, pois terá tanto mais êxito a colonização quanto maior for a semelhança geográfica entre a terra de origem e a de destino. Nos espaços onde a “degenerescência” da raça for mais provável a forma mais eficaz de colonizar é a mestiçagem, dado que o cruzamento de raças possibilita a criação de uma raça superior, relativamente à sua adaptação ao meio. Como exemplo deste pensamento, Silva Telles aponta a intensificação da emigração dos madeirenses para as ilhas africanas e dos algarvios e alentejanos, graças ao seu carácter “sarraceno”, para a África continental.

Embora, as ideias exemplificadas por Oliveira Martins fossem na generalidade as que imperaram na acção da administração colonial portuguesa até perto da I Guerra Mundial, estas vão ser postas em causa posteriormente e as teses em que se defendia uma colonização branca vão acabar ser paradigma na prática colonial nacional.

Em 1914, Gonçalo Santa Ritta autor de vários estudos de âmbito geográfico, refere num trabalho de dissertação para o concurso de professor substituto da Escola Colonial:

«A resistência que cada povo opõe à acção do clima, às novas condições de vida, à facilidade maior ou menor com que se adapta, o que poderíamos chamar as *possibilidades da colonização* dependem de muitos factores e já hoje não se acredita que essas possibilidades, que esta resistência ou adaptação a novas condições de vida, a faculdade de viver nos climas tropicais, sejam devidas unicamente a uma constituição étnica particular [...]»⁶

Estas novas ideias e abordagens científicas, conjuntamente com outros factores de ordem política e ideológica, sobre as possibilidades de colonização, bem afastadas das idealizadas no fim do século XIX, marcaram em Portugal uma mudança para uma colo-

5 Cit. Orlando Ribeiro – *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Imprensa Nacional – Imprensa Nacional -Casa da Moeda, Lisboa, 1981, pp. 240-241.

6 José Gonçalo Santa-Ritta – *O Problema Colonial e as Tendências da Colonização Moderna*, Tipografia Mendonça, Lisboa, 1914, p. 5.

nização branca dos espaços coloniais. Contudo, ela será feita tendo em conta algumas características regionais das colónias. Se as características da raça já não são um factor de entrave à colonização, as condições geográficas, sobretudo as climáticas, continuam a ser elementos fundamentais para a escolha dos espaços a colonizar.

O então recente paradigma regionalista na ciência geográfica, que terá como expoentes conceptuais e metodológicos as monografias e estudos realizadas pelo geógrafo francês Vidal de La Blache, deve em grande parte a sua aplicabilidade aos espaços ultramarinos, às constantes redescobertas das características desses territórios e à acumulação de saber e experiência, que se iam adquirindo à medida que a colonização europeia progredia.

Esta tendência regionalista na catalogação e descrição dos espaços tropicais, que não é novidade em Portugal visto já a termos encontrado nos discursos de Silva Telles, será em grande parte a base científica para as acções de colonização depois da I Guerra Mundial. Contudo, a concepção de uma colonização efectiva dos territórios coloniais, que pressupõem uma fixação e emigração de indivíduos e grupos da metrópole para as colónias não parte, em primeiro lugar, das ideias científicas da época. Estas só vão tentar dar resposta à forma de como conseguir o objectivo da colonização branca.

Bem mais importante é a nova reorganização mundial na sequência da I Guerra e da conferência de paz de Versalhes. Em relação às suas colónias, os Estados mantêm direito de ocupação territorial, mas na medida em que este sirva para o desenvolvimento das possessões ultramarinas e civilização as suas populações. A avaliação desta directriz seria doravante feita num plano de relações internacionais multilaterais, em sede da recente criada Sociedade das Nações.

Portugal encontra-se assim numa posição um pouco delicada. As décadas que antecederam o conflito mundial tinham sido de fraco desenvolvimento nas colónias, pouco se tinha realizado em termos de política colonial e meios de colonização. Um exemplo flagrante será o chamado *Relatório Ross* de 1925, acusando a administração ultramarina de manter o tradicional regime de escravatura, que foi visto como mais uma tentativa, por parte das outras potências coloniais, de retirar ao país os seus direitos ultramarinos.

Neste contexto, a I República tentará pôr em prática o regime de descentralização colonial, já previsto em vários decretos da Constituição de 1911 e, depois, na *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas*, em 1914, mas que não tiveram aplicabilidade no terreno dada a constante instabilidade da política nacional e do inevitável interregno causado pela I Guerra Mundial.

Através do sistema de Alto Comissariados tentar-se-á reorganizar e reencaminhar as energias nacionais para os problemas coloniais. Norton de Matos será a cara deste projecto tanto do ponto de vista da acção, como do pensamento e ideias políticas para esta fase da História da Expansão e Colonização Portuguesa.

Uma das linhas de força do pensamento de Norton de Matos, era a colonização dos espaços africanos com população branca originária da metrópole, que deveria se feita de forma rápida e intensa. Contudo, antes de se conseguir uma corrente migratória em quantidade e fluxo regular era necessário que os colonos tivessem à sua espera condições económicas, de conforto e higiene, capazes de proporcionar o normal desenvolvimento das suas actividades sem prejuízos para a qualidade de vida⁷.

⁷ Cfr. Norton Matos – *A Missão Colonizadora de Portugal em África: Discurso proferido pelo General J.M.R. Norton de Matos, Alto Comissário da República em Angola, no banquete oferecido pela Revista Literária "A Contemporânea" na Câmara Municipal de Lisboa, no dia 23 de Novembro de 1923*, Fernandes & C.ª Ld.ª, Lisboa, [ca. 1923].

Assim, era intenção de Norton de Matos que o Estado português e as empresas concessionárias, numa primeira fase, e até o colono conseguir subsistir por si, pagassem os encargos de viagem, construíssem núcleos de habitação com condições de habitabilidade, e ajudassem economicamente, através de subsídios, os primeiros tempos de adaptação e iniciação das actividades laborais. Era também necessário criar infra-estruturas capazes de dinamizar a economia interna e externa da colónia, num grande plano de fomento, só em parte realizado, Norton de Matos pensa em construir vias de comunicação entre as principais núcleos populacionais, entre as áreas agrícolas do interior e os portos de escoamento, bem como a melhoria da capacidade e dos meios portuários e ferroviários⁸.

O povoamento directo deveria ser constituído por famílias ligadas aos mundos rural e piscatório. Mas, numa primeira fase e enquanto não estavam cumpridos os planos de instalação e fomento, dever-se-ia incentivar a emigração de carácter piscatório no litoral, já mais desenvolvido e com mais potencialidades, a curto prazo, de criar sustento e riqueza para as famílias⁹.

Mas, a grande aposta no povoamento directo era a colonização por famílias camponesas. Norton de Matos pensava, em seguida, transplantar comunidades rurais, sobretudo do Norte do País, para regiões geograficamente idênticas e assim, minimizar os possíveis danos de exposição ao clima tropical.

2 - Imagens coloniais na transição do século

A principal característica das imagens dos espaços coloniais, e nomeadamente os africanos, na cultura ocidental ao longo dos séculos de contacto entre os dois continentes, é a ambivalência das suas representações.

O tráfico de escravos leva África a ser representada como uma terra inóspita, de bárbaros, de selvagens, escravos por natureza. Imagens que suportavam a ideologia de exploração e colonização europeias.

A abolição da escravatura em Inglaterra, na primeira metade de século XIX, e a sua imposição aos outros países coloniais, os povos africanos passam a ser vistos na literatura abolicionista de forma mais positiva. Eram agora vítimas inocentes do ambiente físico e dos interesses dos traficantes de escravos europeus, americanos e árabes. Ironicamente, as teses abolicionistas vieram dar uma imagem ainda mais negativa da degradação do continente africano¹⁰.

Na segunda metade do século XIX, as viagens de exploração científica, serviram para demonstrar todas estas ambivalências do território africano. Por um lado, em muitos dos relatos de incursões ao interior dava-se conta das doenças que acometiam as caravanas, transmitindo a ideia de que o continente devia ser abandonado pela impossibilidade de colonização. Por outro, as representações elaboradas pelos exploradores abriram novas perspectivas do território africano e sobretudo do seu interior, nas elites políticas e científicas.

8 Cfr. Norton Matos – *A Mentalidade Colonizadora dos Portugueses: Conferencia realizada pelo General J.M.R. Norton de Matos, Alto-Comissário da República em Angola, na sala dos Capelos da Universidade de Coimbra em 24 de Janeiro de 1924*, Fernandes & C.ª Ld.ª, Lisboa, [ca. 1924].

9 Cfr. Norton de Matos – “Como Pretendi Povoar Angola”, in: *África Nossa: O Que Queremos e o Que Não Queremos nas Nossas Terras de África*, Edições Marânus, Porto, 1953.

10 Cfr. Duncan, James; Ley, David (Edit.) – *Place/Culture/Representation*, Routledge, London and New York, 1993.

Assim, tanto se deu a conhecer África como um continente exótico, próprio para acções heróicas de aventureiros europeus, como um local de oportunidades económicas, com exploração dos seus recursos naturais e humanos.

Uma outra imagem, que recorrentemente se pode encontrar nos textos coevos, é a da impossibilidade de desenvolvimento dos territórios africanos segundo parâmetros europeus, devido à ignorância e fraqueza dos seus habitantes. O continente africano é, em grande medida, um espaço de desordem e incivilizado no qual os europeus deveriam ser a ordem e uma presença civilizadora

Para isto muito contribuiu o discurso evolucionista do fim do século XIX, que acrescenta à África como espaço geográfico um carácter temporal. Tal como o território, os povos estavam num patamar inferior de civilização, comportavam-se como crianças e, para alguns autores, encontravam-se num estado ligeiramente superior a alguns mamíferos.

Assim, na construção de imagens e imaginários, tanto na sociedade europeia em geral e portuguesa em particular, a ambivalência das representações flutua entre dois pólos. Por um lado, mostram-se os territórios coloniais, de uma forma positiva e atraente; por outro, uma imagem de perigo, do desconhecido e de repulsa por esses espaços.

Contudo, no caso português, estas representações não são transversais a toda a sociedade. De forma genérica, pode dizer-se que as primeiras se podem encontrar entre as elites cultas ou em grupos sociais com interesses coloniais, e as segundas serão mais característica das camadas mais populares e menos instruídas da população portuguesa. Assim, a maioria da população não estava de todo envolvida nas questões coloniais. Dois factores parecem relevantes para esta afirmação. O primeiro é o reconhecidíssimo baixo nível de alfabetização e a conseqüente falta de capacidade de leitura e compreensão de textos e temas sobre as questões coloniais. O segundo, a falta de consenso sobre a forma como colonizar.

Mas, se em grande medida o imaginário colonial português recaía nas elites políticas, a verdade é que no fim de século XIX e início do século XX assistiu-se ao aparecimento de uma cultura da curiosidade pelos espaços não europeus nas sociedades ocidentais, à qual a portuguesa não foi alheia.

O móbil desta nova cultura era as grandes viagens de exploração, não só no continente africano, mas as expedições às regiões polares, a lugares recônditos da América Latina e da Ásia e a descoberta de antigas civilizações. Imagens transmitidas na imprensa e em publicações diversas, mais ou menos populares, mas de grande divulgação, surgiam junto de uma crescente nova burguesia e das camadas operárias nas grandes cidades¹¹.

Essas publicações baseadas ou directamente traduzidas de publicações estrangeiras, sobretudo francesas e inglesas, davam conta de feitos extraordinários, de lugares e povos misteriosos. Caracterizavam-se pela utilização de uma iconografia extremamente apelativa, demonstrando o exotismo das paisagens e das gentes que os viajantes europeus encontravam nas suas aventuras, permitido assim uma leitura mais fácil e imediata dos textos.

¹¹ Para uma possível comparação ver: Schulten, Susan – *The Geographical Imagination in América, 1880 – 1950*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 2001.

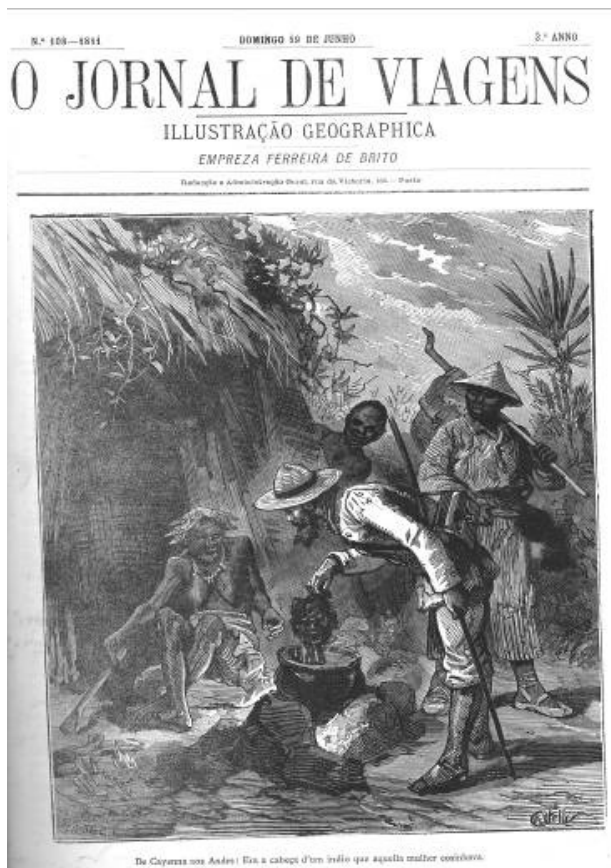


Fig. 1 – *O Jornal de Viagens*: *Ilustração Geográfica*, Porto, 3º ano, nº 108, Domingo, 19 de Junho, 1881, p.1.

As descrições dessas expedições, por vezes dramáticas, cheias de perigos, feitas em nome da ciência e da civilização, resultavam de percepções ao mesmo tempo negativas e positivas desses espaços.

Se por um lado criavam uma atracção pelo desconhecido, pelo exótico e misterioso, também põem em destaque os perigos de espaços selvagens, onde as florestas tropicais escondem riscos para a vida do viajante. Onde é sempre eminente o confronto com algum povo ou animal selvagem, e sobretudo, pelos perigos invisíveis, que eram as doenças provocadas pelo clima (Fig 1.)

Um exemplo destas representações, expressivo pela natureza da autoria, é dado no *Guia do Viajante*, editado pela Empresa Nacional de Navegação, em 1907, e destinado a todos os que podiam ou gostariam de viajar pelas colónias. Na obra pode ler-se uma interessante descrição de um espaço que demonstra bem as preocupações em relações ao território e a consequente imagem que era divulgada, neste caso sobre a Guiné:

«Quanto ao clima, observam-se duas estações: a das chuvas, que é a mais quente e que começa em Maio, acompanhada de fortes trovoadas e ventos rijos do sueste – e a secca, que corre de Outubro a Maio. [...] O melhor tempo para o europeu, é o que decorre de Dezembro a princípios de Março. [...] A Guiné é bastante insalubre; contudo, na parteprehendida entre os rios Compony e Colobá, que apresenta um pequeno relevo orographico, o clima e o ar são melhores, e a temperatura é mais baixa.

Bissau, [...] é o centro commercial mais importante de toda a Guiné. Esta ilha mede 60 kilometros de comprimento e 35 de largura, é quasi plana, muito fértil, arborizada e abundante d'agua potável.

No interior é a ilha occupada pela raça Papel, só dentro do exíguo perímetro da praça é que temos domínio effectivo.

A não ser os encantos da natureza, nada há na Guiné que convide a uma visita. Commodidades e distrações não há de espécie alguma.

Há umas dezenas d'annos escreveu Travassos Valdez, referindo-se a Bissau, o mesmo que ainda hoje se tem de dizer:

«A sua perspectiva é agradável pelo arvoredado que a adorna, e pelos seus arrabaldes tapetados de verdura, de modo que o viajante, para não perder a illusão e a saúde, faria talvez melhor em limitar-se a ver a terra de bordo».¹²

Já as grandes iniciativas de divulgação das possessões portuguesas, para além de serem pouco mais do que a realização de comemorações de acontecimentos históricos ligados à expansão¹³ e a publicações de acesso restrito e de curta duração, eram quase sempre elaboradas pela Sociedade de Geografia de Lisboa sendo, largamente, circunscritas aos espaços urbanos de Lisboa e Porto e a públicos que reconhecidamente tinham interesses coloniais. Tudo isto se deve, em grande parte, à fórmula de subjugação das populações indígenas ao trabalho agrícola, nas fazendas do interior africano e a criação de linhas de escoamento em direcção às cidades e vilas do litoral, não se criando a necessidade de, na metrópole, existir uma mobilização da opinião pública para as questões ligadas ao império e consequente emigração para as colónias.

3 – Propaganda e imagens de um território civilizado

Em Portugal, tal como nos outros países com interesses coloniais, a propaganda colonial era um fenómeno perceptível, mas limitado, desde o último quartel do século XIX, destacando-se o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na divulgação de ideias e imagens coloniais. Contudo, só na década de 1920, observa-se um esforço efectivo para a criação de uma propaganda oficial, por parte do aparelho de Estado, dando origem a uma propaganda colonial de carácter moderno.

Em 1925, Armando Cortesão, destaca entre os problemas que afectam o colonialismo português a questão da propaganda:

«-Outro problema de grande importância é o da propaganda colonial, tanto em Portugal como no estrangeiro, que nós em absoluto desconhecemos, o que é tanto

¹² Empresa Nacional de Navegação – *Guia do Viajante em Portugal e suas colónias em África*, Typ. De Christovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1907, pp. 300 – 303.

¹³ São exemplos de comemorações: o *V Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, em 1894 e o *IV Centenário da Chegada de Vasco da Gama à Índia*, em 1897.

mais grave quanto é certo que os outros países coloniais a fazem com um desenvolvimento que por vezes nos deixa assombrados. Chega a ser inacreditável o que a Inglaterra, a França, a Holanda, a Bélgica e a Itália fazem em matéria de propaganda colonial, a infinidade de publicações, revistas, jornais e folhetos que continuamente publicam, por vezes magnificamente escritos e ilustrados, em edições luxuosíssimas.

Ainda agora recebi da Holanda duas publicações, dois livros, um em inglês e outro em francês, fazendo a descrição, estudo e propaganda das Índias Neerlandesas, em edições tão ricas e luxuosas, tão interessantes e cheias de bom gosto, que só vendo se acredita. Mas é preciso mais, é preciso intensificar a acção da Escola Colonial, tornando efectiva a preferência e obrigatoriedade do curso que ela ministra. É preciso levar aos liceus, escolas normais, secundárias ou superiores o ensino da ciência colonial, nos graus próprios, interessando os homens de amanhã na vida colonial da Nação.»¹⁴

Estas palavras de Armando Cortesão deixam muitas pistas para o que se pretendia, nesta fase, da propaganda colonial em Portugal sobretudo em relação aos meios e públicos a atingir.

Estas preocupações tinham sido já reconhecidas por Norton de Matos que compreende que a colonização feita por uma população da metrópole necessitava de uma forte divulgação junto da sociedade portuguesa capaz de atrair uma forte corrente de emigração. Cria-se assim, sob a tutela do Alto-Comissário, a Agência Geral de Angola, em 1921. Com sede em Lisboa, este organismo tinha as funções de auxiliar os emigrantes, prestando todas as informações necessárias sobre os espaços de destino e as condições para a sua viagem e acção colonizadora.

No Decreto-Lei nº16, de 19 de Maio de 1921, que dá corpo legal à Agência Geral de Angola (A.G.A), estipula-se no artigo 3º os fins a que se propunha: organizar os serviços de colonização e emigração; adquirir materiais e bens requisitados pela província; efectuar pagamentos de funcionários; por fim, prestar serviços de propaganda, especialmente os que visavam atrair colonos brancos e tornar conhecidos os produtos de Angola, tendo em vista a sua comercialização no mercado internacional¹⁵.

Em 1924, para colmatar algumas deficiências da A.G.A. é criada a Agência Geral das Colónias (A.G.C.), organismo estatal, dependente do Ministério das Colónias, que se dedica exclusivamente à propaganda colonial, marcando a importância que o fenómeno tem para a política nacional. Trata-se do aparecimento de um órgão oficial de carácter moderno, onde o Estado intervém de forma persistente e massiva na difusão de concepções e ideias coloniais, tentando directamente modificar opinião e dirigir atenções para as questões relacionadas com as colónias.

Um dos principais argumentos do pensamento colonial português consistia na ideia da urgente necessidade de civilizar os territórios coloniais e a sua população. A prática desta orientação passava, como se viu em Norton de Matos, por uma colonização efectiva com população branca, assimilando a população autóctone e criando infra-estruturas modernas.

14 Armando Cortesão – *O Problema Colonial Português: conferência realizada na “Sala Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa em 21 de Janeiro de 1925, Primeira da Série promovida pelo “Noticias Coloniais”, Página quinzenal do “Diário de Noticias”, Tipografia da Empresa Diário de Noticias, Lisboa, 1925, p.56-57.*

15 Cfr. José Luís Lima Garcia – “A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial na transição da Republica para o Estado Novo (Armando Cortesão e a 1ª Fase da A.G.C. – 1924 – 1932)”, in: *Vértice*, Editorial Caminho, Nº 110, Lisboa, Março – Abril, 2003, pp. 58 – 61.

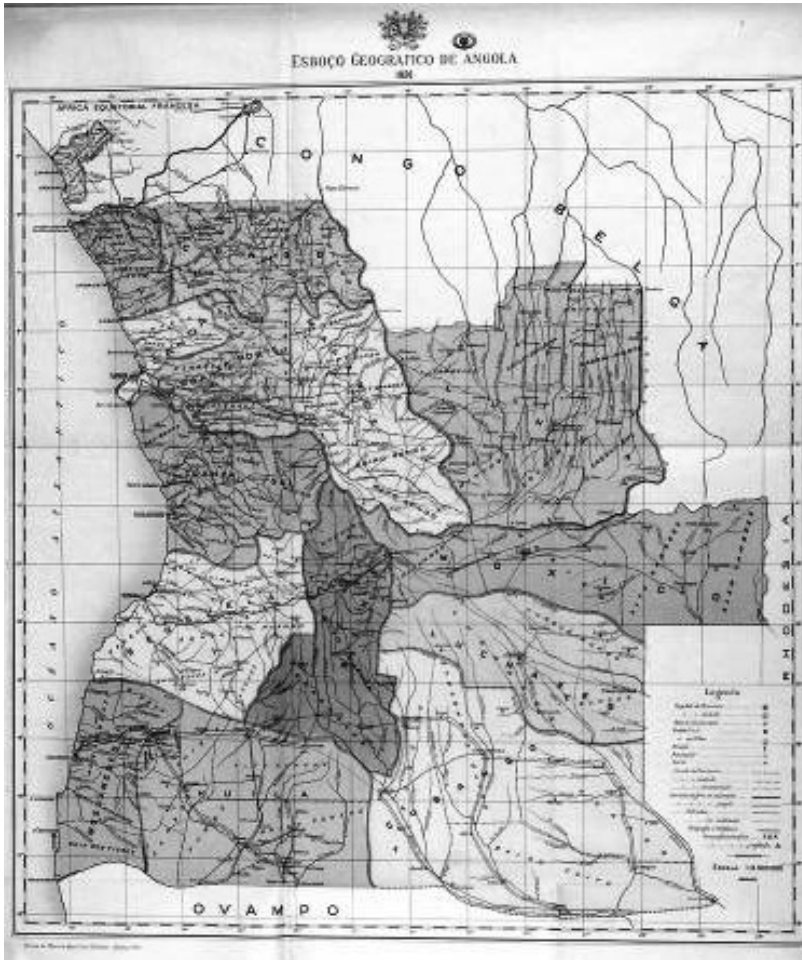


Fig. 2 - *Esboço Geográfico de Angola* / Agência Geral das Colónias. - Escala 1: 2 500 000. - Lisboa: A.G.C., 1926. -1 mapa: color. ; 77 x 68 cm

Estas preocupações repercutiram-se na propaganda divulgada sobre os territórios, sobretudo, por uma figuração dos espaços que privilegiava a representação dos elementos de organização colonial. Assim, as imagens que se enquadram neste tipo de representações, pretendem demonstrar as práticas de colonização portuguesa e têm como função divulgar uma imagem positiva das políticas nacionais e desenvolvimento dos espaços ultramarinos, bem como as possibilidades económicas que o ultramar oferecia.

No *Esboço Geográfico de Angola*¹⁶, editado pela da A.G.C. (fig. 2) permite, a partir da sua análise interna, compreender este tipo de representações através da escolhas figurativas

16 Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Dir. Geral das Colónias, S. 9, 6ª Rep., Comissão de Cartografia, Maço nº 685.

sobre os elementos espaciais a apresentar no documento e de que forma estes divulgavam uma imagem idealizada e ideologicamente construída, neste caso, de Angola. Pode observar-se que figurado é simplesmente o sistema de organização colonial, dando-se primazia, por ordem decrescente, à divisão administrativa implantada pelo Alto-Comissário, estradas, caminhos-de-ferro, telégrafos e rede hidrográfica. Estes elementos, que simplesmente mostram o território na sua dimensão colonial, omitem a organização autóctone, numa clara demonstração de etnocentrismo e colonialismo. Este tipo de documentos, que então se divulgavam, vinham tentar contrariar as ideias negativas sobre os territórios coloniais que acompanhavam a percepção nacional desde o século XIX. A ideia positiva de um espaço colonizável era fundamental para uma política de fixação da população branca, já que era extremamente difícil recrutar colonos se as únicas imagens que estes tinham dos locais de destino fossem as de um espaço inóspito e de difícil habitabilidade dada a sua desordem.

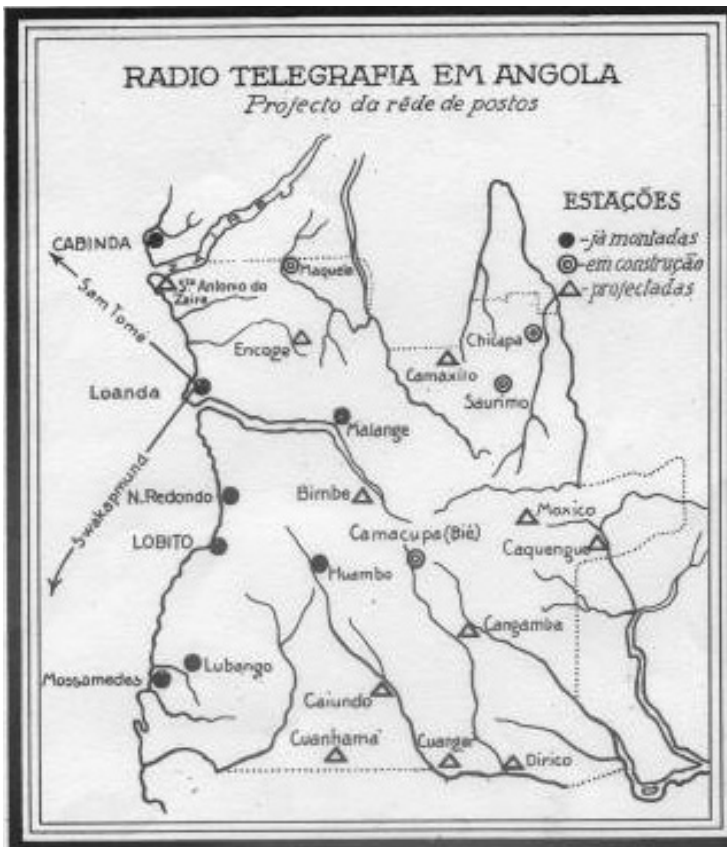


Fig. 3 – “Mapa da rede telegráfica em Angola”. – Escala indeterminada. – in: *Angola: Revista Mensal Ilustrada*, Propriedade da Empresa de Publicidade “Angola”, Limitada, 1º ano, Luanda, Janeiro, 1923, p.22

colónias, encontram-se figuradas as regiões de Angola sanitariamente colonizáveis, quer por serem naturalmente aptas ou por terem sido saneadas pela administração. Por sua vez, também são discriminadas as regiões infectadas por glossinas e passíveis de existirem doenças como a tsé-tsé. Para afirmar a veracidade e autoridade do documento o autor coloca na legenda a informação do itinerário de uma missão médica que reconheceu e distinguiu as várias regiões descritas.

A importância deste documento está não só na informação que disponibiliza mas, sobretudo, no que representa para uma nova imagem dos espaços coloniais. Afirma, desta forma, o autor no preâmbulo da obra:

«Durante mais de quatro séculos as nossas possessões ultramarinas foram consideradas como regiões vastíssimas e insalubres; inhospitos sertões cheios de feras. A frase «costa d' Africa» só nos fazia chegar á mente o crime, pois só para lá iam degredados que o clima, que se dizia mortífero, castigava impiedosamente. E todavia Africa tem regiões onde o clima é tão benigno como na Europa; onde se encontram vastíssimos campos de produção, onde o homem que trabalha vê a compensação do seu trabalho. Em Africa, muito ao contrário da Europa, não há mendigos nem ladrões. Dorme se com as portas abertas, sem receio dum assalto; ali ninguém pede esmola porque todos trabalham e todos recebem o produto do seu labor. Quem percorre a Africa numa excursão de estudo, antes que o não queira, ficará eternamente um propagandista desse vastíssimo império que os nossos antepassados nos legaram e que todos ao portugueses teem obrigação de conhecer»¹⁷

A estes mapas, que genericamente demonstravam as condições de colonização, juntava-se, nos restantes documentos coevos, fotografias dos tipos de casa destinadas às famílias de colonos, de panorâmicas das cidades de destino e aspectos parcelares do desenvolvimento destas, tudo isto acompanhado de textos muito directos e descritivos que davam destaque às condições dos núcleos urbanos e regiões, criando-se inclusivamente a ideia que alguns dos espaços prontos a colonizar pouco diferiam geograficamente dos espaços de origem. Repare-se, por exemplo, na seguinte descrição da Vila de Sá da Bandeira e da região do Lubango:

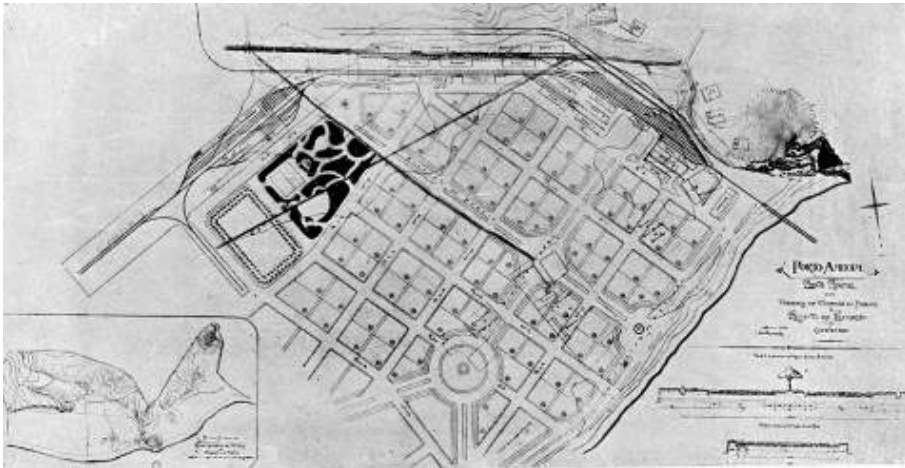
«A vila Sá da Bandeira está situada a 1.790 metros de altitude e é uma das terras mais salubres do planalto da Huila. [...] O Lubango presta-se admiravelmente para a adaptação da raça branca. O europeu, já extasiado pelas maravilhas da serra da Chela, que tem de vencer para ganhar os 1.700 metros de altitude, fica com a impressão, ao percorrer a região, de encontrar-se em qualquer ponto do norte de Portugal, pelo característico aldeão português. As mesmas frutas, as mesmas hortaliças, as leiras de trigo, as mesmas levadas de água cristalina serpenteando os campos, as azenhas pitorescas moendo ainda por processos a produção cerealífera (embora haja também fábricas de moagem)»¹⁸.

17 Pedro Muralha – Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e económica das Colónias Portuguesas na Africa, América, Ásia e Oceânia, tip. Luso-Gráfica, Lisboa 1928, p. 5.

18 Angola: Revista Mensal Ilustrada, Propriedade da Empresa de Publicidade “Angola”, Limitada, 1º ano, Luanda, Fevereiro, 1923, pp. 37 – 38.

Claro está que nenhuma aldeia no norte de Portugal se encontra a 1 700 metros de altitude num planalto mas são pormenores para quem procurava atrair o emigrante norte-nho, que emigrava principalmente para o Brasil.

A divulgação de imagens apelativas de espaços para a colonização foi também potenciada pelas empresas de exploração que pretendiam recrutar trabalhadores para as suas explorações piscatórias, agrícolas, pecuárias e mineiras, desenvolvendo-se uma verdadeira competição pelos espaços, onde cada empresa propagandeava as especificidades, os benefícios e os projectos para o melhoramento e progresso das suas concessões.



PORTO AMBOIM. — Planta parcial dos terrenos da Companhia e projecto da povoação

Fig. 5 – Porto Amboim: Planta Parcial dos Terrenos da Companhia e Projecto da Povoação / Companhia do Amboim. – Escala 1: 1000, in: O Amboim : Região privilegiada de Angola, Memória elaborada pela Companhia do Amboim, Lisboa, 1924, p. 64

A fig. 5, editada numa obra de divulgação da Companhia do Amboim, em 1924, apresenta uma planta de projecto de uma povoação que a empresa pretendia edificar. O aspecto europeizado da estrutura urbana, com avenidas de grande dimensão e quarteirões ortogonalmente dispostos, favorecia, certamente, a ida de colonos para o local dado que percepcionavam um espaço organizado, imagem bem diferente da tradicional percepção de uma organização caótica do território africano.

Com o Estado Novo e a sua “Política Imperial”, estas representações dos espaços ultramarinos destinadas a vender uma imagem de progresso vão continuar, mas de uma forma mais exuberante, apelativa e massiva e com um cunho muito mais ideológico.

Conclusão

O reconhecimento das tipologias de representação que foram propagandeadas, ajudam a compreender o papel destas na (re)criação dos vários mitos e as transformações das mentalidades face ao império colonial português. Apesar desta divulgação possibilitar um maior conhecimento por parte da sociedade portuguesa das realidades, acções e percepções sobre os territórios coloniais, desmistificando e tentando alterar concepções e imaginários tradicionalmente negativos, a verdade é que pela propaganda, disseminou-se novos estereótipos sobre os espaços e limitou-se o seu conhecimento, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador. Da “barbárie” já pouco ou nada se mostra. Eliminaram-se os traços autóctones, tendo como consequência uma clara censura ao conhecimento sobre os “espaços do outro” ao mesmo tempo que se permitiu uma crescente popularização do império e do imperialismo português.

